



Matriz Geral de sistematização

Trilha: Governança democrática e colaborativa

Coordenador: Professor Hartmut Glaser (CGI.br)
Relatoria: Ana Claudia Mielki e Cecília Bizerra Sousa

Apresentação inicial do professor Glaser sobre a metodologia de trabalho da trilha Governança Democrática e Colaborativa e apresentação da forma de organização do I Fórum de Internet do Brasil como um todo. Apresentação das contribuições prévias (quatro pontos que foram enviados previamente pela conselheira Veridiana Alimonti): - Governança internacional da Internet: modelo e locus da governança; - Internet como serviço de valor adicionado; - Organização da Internet no Brasil; - Dinâmica e transparência do Comitê Gestor; e - *Medição da qualidade da banda larga* (que provavelmente seria abordada em outra trilha)

A) QUESTÕES CHAVE: questões chave naquele ponto que demandam ação para serem mantidos/alterados ou que estarão concretamente em pauta no próximo período.

A-1) Questão da transparência e funcionamento do CGI

A temática da transparência e maior participação do Comitê Gestor de Internet (CGI) apareceu logo na primeira fala da representante da organização Transparência Hacker, Daniela Silva. Ela, assim como outras intervenções com o objetivo de propor forma de que o CGI e outros órgãos envolvidos e funcionamento na forma de abertura da própria rede. “O CGI tem que ser impactado com a vocação da rede de abertura”, afirmou ela.

- CIRCULAR informação de uma forma ampla e abundante aumentar a possibilidade de as pessoas participarem diretamente da gestão na internet;
- INTEGRAR mais atores protagonistas no processo de governança da internet;
- INOVAR nos processos decisórios; criação de processo pluricráticos; consensos simples e processos que funcionem;
- ABERTURA de dados e processos do CGI na REDE; dados abertos não são recursos meramente técnicos; que eles se coloquem inteiramente na rede da forma mais bruta possível para que as pessoas interajam com elas de uma forma muito direta;
- CRIAÇÃO de ferramentas mais espertas de acompanhamento do trabalho do CGI para abrir as informações de maneira direta na Rede;



- ABERTURA das conversas que o CGI tem tanto na rede como no mundo real;
- APROVEITAR esse período para discutir o *status* jurídico do instrumento que criou o CGI, que acaba não oferecendo a segurança jurídica que deveria, tendo em vista a relevância da instituição;
- ABSOLUTAMENTE IMPORTANTE saber o que o governo brasileiro está fazendo na área da internet;
- DEVE SER PAUTA permanente do CGI a discussão de uma nova proposta de composição tendo em vista que muita gente ESTÁ DESCONTENTE COM A FORMA COMO ELE É COMPOSTO HOJE;
- CONSIDERAR A PARTICIPAÇÃO das pessoas não eleitas em reuniões/debates por via remota;
- DESIGNAR alguém em cada estado para captar informações dos seus estados relacionadas à internet para subsidiar o CGI na busca de soluções;
- RECOMENDOU-SE QUE as regras de funcionamento e ações do CGI fossem levadas à consulta pública online;
- PROPOSTA DE QUE HAJA UMA ampla divulgação do Decálogo do CGI;
- TRANSPARÊNCIA e prestação de contas não apenas de governos, mas também das empresas.
- FAZER UMA LISTA com os emails e nomes dos participantes desta trilha para criar um fórum virtual de acompanhamento do que está sendo discutido dentro do CGI;
- QUE TODOS OS REPRESENTANTES DO COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – sejam eles membros da sociedade civil organizada, da academia, das empresas ou do governo – representam primeiramente os interesses dos internautas, tendo responsabilidade de prestar contas de suas propostas e decisões, além de manter em aberto o diálogo constante com a sociedade (conforme documento do Transparência Hacker);
- O COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL DEVE EXERCITAR a transparência como regra, e o sigilo como exceção. A transparência do CGI deve ser ativa e máxima, se aproveitando das incríveis possibilidades da rede para o compartilhamento e a democratização de informações. Os sigilos ocasionais devem ser justificados (conforme documento do Transparência Hacker);
- O COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL TEM O COMPROMISSO DE REPENSAR E RECRIAR seu modelo de gestão em prol da abertura, da transparência e da participação. De acordo com as práticas colaborativas que criaram e mantêm o status aberto e livre da rede, o CGI deve repensar seu papel de representação,



garantindo que todo internauta possa participar direta e radicalmente da gestão, da construção e da defesa da internet (conforme documento do Transparência Hacker);

- QUE O CGI PASSE A TRABALHAR com internet 2.0, permitindo maior interação;
- QUE O CGI incentive os conselheiros a criarem BLOGS para divulgar suas ações no comitê;
- FAZER UMA MOÇÃO AO PLENO DO CGI para que as reuniões sejam realizadas duas vezes por ano ou anualmente de forma itinerante com o objetivo de recolher impressões da sociedade como um todo, mas também para prestar informações e esclarecimentos relevantes;
- CRIAR UM ESPAÇO NO SITE para que as pessoas possam, ao longo do ano, se manifestar sobre o que ocorre no CGI. Esse espaço poderia seguir os temas das trilhas (como uma espécie de fórum permanente);
- QUE AS INICIATIVAS nacionais ou regionais, dentro do possível, sigam a agenda da governança internacional da internet.

Principais Controvérsias ou Consensos

- SOBRE A PROPOSTA DE DESIGNAR pessoas nos estados para subsidiar o trabalho do CGI foi feita uma intervenção divergente, questionando esse tipo de representação.

Questões Regulatórias/Legais Relacionados:

Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003 – Cria o Comitê Gestor da Internet.

A-2) Sobre a realização do Fórum de Internet e seu formato

- QUE O FÓRUM SEJA periódico;
- PARA OS PRÓXIMOS FÓRUMS e espaços de debate, que haja um viés de governança nas outras trilhas (transversal) para mapear outros assuntos relacionados;
- REALIZAÇÃO DE FÓRUMS REGIONAIS. Fazer um fórum prévio antes do fórum nacional, para que possamos vir preparados para o debate que vai acontecer neste fórum nacional;
- REALIZAÇÃO DO FÓRUM a cada dois anos, ou uma vez a cada nova gestão que é de três anos; esse fórum pode discutir e avaliar o que a gestão atual fez e lançar uma plataforma para próxima gestão;



- QUE O FÓRUM NÃO termine aqui, mas que se torne um fórum online;
- REALIZAR DUAS REUNIÕES abertas do CGI ao ano, vinculadas à realização do IGF, para a formulação e definição de uma posição multissetorial brasileira e também como forma de retroalimentação do debate;

Principais Controvérsias ou Consensos

- FORMATO DESSE FÓRUM é anti-internet – um com o microfone na mão e outros apenas podendo ouvir, apesar das inscrições, isso aí não é diálogo;
- QUE OS PRÓXIMOS FÓRUMS SEJAM espaços dialógicos, porque tecnicamente o encaminhamento atual foi monológico; o caráter responsivo ficou no silêncio;

Questões Regulatórias/Legais Relacionados:

Não cabe.

A-3) Questão sobre a competência do IGF

Considerando que o IGF não é uma instância decisória, a ideia é fomentar que o Brasil participe para tornar as contribuições do IGF mais concretas. Embora o Fórum gere um caldo de discussões muito válido, acaba-se não conseguindo aproveitá-lo como subsídio para a criação de políticas públicas na cena internacional, por não ser decisório.

- QUE O modelo de decisão de governança na internet seja multilateral e multissetorial para que todos os países possam participar e não apenas os países desenvolvidos.

Principais Controvérsias ou Consensos:

Não cabe.

Questões Regulatórias/Legais Relacionados:

Não cabe.

A-4) Questão técnica (ICANN e novos GTLDs - Generic top-level domain)

É importante ao discutir a governança da internet pensar na questão da gestão da raiz da internet que hoje é administrada por uma organização não lucrativa chamada ICANN, sediada na Califórnia (EUA), porém vinculada ao Departamento de Comércio do Governo Americano. Para o professor Demi Getschko, segundo “provocador” a falar na trilha, a governança da internet em si por sua própria construção – técnica – é bastante simples em sua linha de amplitude, no entanto, a raiz da internet deve ser gerida de uma forma colaborativa e racional.

- A ADMINISTRAÇÃO DA RAIZ deve ser central, mas não controlada ou concentrada apenas em um país (ou órgão de um país) ou órgão multilateral;



- DEFESA DE UMA RAIZ ÚNICA porque se ela não for única teremos que criar um sistema de mapeamento das outras raízes;
- QUE A ICANN SEJA a administradora dos domínios genéricos (Generic top-level domain) e os Country Code (CCTLDs) sejam administrados pelos respectivos países;
- PROMOVER UM EVENTO DE DIVULGAÇÃO sobre essa oportunidade/ameaça que são os novos GTLDs e o que isso significa; que o CGI aborde essas questões e se associe a iniciativas de divulgação que estão ocorrendo no Brasil;
- QUE O PROCESSO DE divulgação e informação da sociedade sobre os GTLDs seja acompanhado de uma leitura política crítica do assunto;
- SOBRE OS GTLDs, QUE O CGI SEJA uma entidade ativa nesse processo, assessorando entidades brasileiras interessadas no registro de um GTLD;
- QUE O BRASIL cumpra um papel, a ser coordenado pelo CGI, usando a figura do registrador, que permitiria às empresas fazerem esse tipo de registro no Brasil, inclusive gerando concorrência.

Principais Controvérsias ou Consensos:

- CONTROVÉRSIA RELACIONADA à criação de novos GTLDs. NÃO HÁ NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE novos domínios (Generic top-level domain), pois isso poderá sobrecarregar a raiz no uso de etiquetas específicas.

Questões Regulatórias/Legais Relacionados:

Norma nº 4/1995 do Ministério das Comunicações (MC).

A-5) Formas de regulamentação de SVA

- CONSIDERANDO QUE A GOVERNANÇA da internet é atribuição do Comitê Gestor da Internet (CGI), DEFINIR possíveis atribuições regulatórias;
- QUE A REGULAMENTAÇÃO DA INTERNET seja feita de forma multissetorial;
- FOI SUGERIDA A PARTICIPAÇÃO da ANATEL em todos os espaços que falam de governança.

Principais Controvérsias Ou Consensos

- CONTROVÉRSIA NA PROPOSIÇÃO de como exercer (ou de uma definição melhor) da regulamentação da Internet. Propostas divergentes com relação ao papel da ANATEL e propostas divergentes sobre a necessidade de haver ou não regulamentação.

Questões Regulatórias/Legais Relacionados:

Não.

A-6) Dados abertos



Foi colocado nas intervenções que haveria um equívoco sobre o conceito de dados abertos no Estado brasileiro, sendo usado apenas na apresentação de dados positivos das gestões públicas.

- GARANTIR a publicização de todos os dados referentes às gestões públicas em âmbito nacional (positivos e negativos), não sendo descontinuadas nas trocas de governo;

Principais Controvérsias ou Consensos

Não cabe.

Questões Regulatórias/Legais Relacionados:

PLC nº 41/2010, que se encontra no Senado.

B) OUTRAS POSIÇÕES E PROPOSTAS DE AÇÃO

- IMPRECISÃO DOS CONCEITOS de segurança cibernética e a defesa cibernética merecem mais reflexão antes de qualquer tipo de ação política por parte do governo;
- CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA da internet para o desenvolvimento sócio cultural das regiões, e também para a integração nacional, garantir igualdade de acesso ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) para todas as regiões do país;
- CONSTATOU-SE QUE EXISTE BAIXA PARTICIPAÇÃO de países em desenvolvimento nos fóruns de governança, tendo em vista, por exemplo, as limitações de participação e de deslocamento;
- PUBLICAR UM DOCUMENTO PADRÃO – formato de dados livres (W3C) – para orientar o poder público e o setor privado.

C) DEBATES A SEREM APROFUNDADOS

- DISCUTIR DE FORMA MAIS APROFUNDADA o conceito de multissetorialismo, que foi apenas apropriado do conceito em inglês de *multistakeholder*.

São Paulo, 13 e 14 de outubro de 2011.